

Seixas anuncia fechamento do acordo com bancos credores

por Jurema Baesse
de Brasília

O diretor da Dívida Externa do Banco Central (BC) Antônio de Pádua Seixas, anunciou, ontem à noite, que o Brasil conseguiu fechar o acordo de sua dívida externa, que envolve amortização de 1985 e de 1986 e linhas de curto prazo num total de US\$ 31,5 bilhões. Segundo Seixas, "conseguimos alcançar os percentuais de adesão necessários para que o acordo pudesse tornar-se efetivo".

No primeiro contrato, o

que engloba as amortizações de 1985 — US\$ 6,7 bilhões — e 1986 — US\$ 9,6 bilhões — num total de US\$ 16,3 bilhões, o Brasil conseguiu uma adesão superior a 98%, portanto, acentuou Seixas, bem acima dos 95% exigidos. Nos contratos para o refinanciamento das linhas de curto prazo, a resistência criada por alguns bancos foi maior e dificultou um pouco o fechamento do acordo global.

No contrato que envolve as linhas de crédito interbancário, estimadas em US\$ 9,5 bilhões, a adesão obtida foi de 97% acima da adesão mínima necessária de 95%. Foi neste contrato que se verificou a maior resistência por parte de alguns bancos regionais, como o Mellon Bank, da Pensilvânia, Estados Unidos,

que acabou não aderindo ao acordo.

O diretor do Banco Central explicou que, apesar da não-adesão de alguns bancos, o acordo torna-se efetivado, uma vez que ele prevê que os 5% restantes aceitam obrigatoriamente os termos do acordo e são incorporados. Ainda dentro das linhas de curto prazo, Seixas acrescentou que o Brasil conseguiu adesão da ordem de 96% para a assinatura dos contratos referentes às linhas comerciais e também neste caso a adesão mínima era de 95%.

Os detalhes dos contratos só serão divulgados hoje, disse Seixas, que explicou que a conclusão do acordo não foi comunicada pelo próprio comitê de bancos credores e sim pelos advo-

gados, que acompanham o caso brasileiro junto ao comitê, que estavam controlando as assinaturas de adesão.

As condições de contrato acordadas prevêm o reescalamento das amortizações no prazo de sete anos, o 'spread' (taxa de risco) de 1,125% no caso da dívida contraída pelo setor estatal e de 1,250% para a dívida do setor privado, que é um pouco maior por não ter o aval da União. Esse "spread" é retroativo a janeiro deste ano.

A próxima rodada de negociação da dívida brasileira deverá incluir todo o estoque da dívida e ser escalonada em bases plurianuais. A idéia é de que os vencimentos do próximo ano já estejam incluídos no volume global.